



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Arranchar-se do outro lado do Atlântico: açorianos na freguesia de Taquari (Sul da América Portuguesa, 1750-1800)

Cibele Caroline da Rosa¹

Resumo: Em meados do século XVIII, homens, mulheres e crianças, moradores das ilhas dos Açores, deslocaram-se para o povoamento de regiões pertencentes à Coroa portuguesa na América e, dentre elas, as terras meridionais. O artigo busca demonstrar aspectos referentes à migração de casais açorianos para o território hoje definido como Rio Grande do Sul a partir da freguesia de Taquari. Procura-se investigar as condições de acesso à terra e ocupação destes açorianos a partir de sua chegada até as últimas décadas do século XVIII. No trato das fontes, que se apresentam tanto de caráter serial quanto qualitativo, aborda-se num primeiro momento a forma quantitativa para prosseguir com uma análise qualitativa. Foi possível observar a chegada anterior à década de 1760, bem como o acesso à terra através das doações e o estabelecimento como lavradores, contribuindo na economia colonial com o cultivo do trigo.

Palavras-chave: Açorianos; Freguesia de Taquari; Acesso à terra.

Abstract: In the middle of the eighteenth century, men, women and children living in the Azores Islands moved to populate regions belonging to the Portuguese Crown in America, among them, the southern lands. The article aims to demonstrate aspects related to the Azorean couples' migration to the territory, now defined as Rio Grande do Sul, from the parish of Taquari. It tries to investigate the conditions of the access to the land and the occupation of these Azoreans from their arrival until the last decades of the eighteenth century. According to the sources, which are both serial and qualitative, the quantitative way, is first approached to proceed with a qualitative analysis. It was possible to observe the arrival before the 1760s, as well as the access to the land through donations and the establishment as farmers, contributing to the colonial economy with the cultivation of wheat. It was possible to observe the arrival before the 1760s, as well as access to land through donations and establishment as farmers, contributing in the colonial economy with the wheat cultivation.

Keywords: Azoreans; the Parish of Taquari; Access to Land.

Introdução

Em meados do século XVIII, contingentes de casais de moradores das Ilhas dos Açores² atravessaram o Atlântico para o povoamento do território americano pertencente à Coroa portuguesa. As terras americanas eram motivo de conflito e disputa entre as Coroas ibéricas, reflexionados nos constantes acordos diplomáticos entre portugueses e espanhóis. O

¹ Mestranda em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista CNPq. Licenciada em História pela UNIVATES.

² O arquipélago é formado por nove ilhas divididas em três conjuntos: Santa Maria e São Miguel; Terceira, São Jorge, Graciosa, Pico e Faial; Flores e Corvo e passou a ser povoado pelos portugueses durante o século XV no processo de navegações (GRAEBIN, 2004).

interesse da Coroa portuguesa sobre as terras meridionais da América condizia com o interesse dos espanhóis. Enquanto que, para os últimos, o domínio da região estava relacionado com a proteção da prata de Potosí, além de proteger Buenos Aires, para os portugueses o interesse se dava na intenção de resguardar o ouro das Minas Gerais e o Rio de Janeiro (COMISSOLI, 2011).

O contato entre as ilhas que compõe o arquipélago dos Açores e as terras americanas sob a posse da Coroa portuguesa já acontecia desde meados do século XVII. José Damiano Rodrigues (2016) destaca que o comércio entre os portos açorianos e os brasileiros se dava tanto de maneira legal quanto pelo contrabando, movimentando a economia local dos Açores. A partir do século XVIII, com a abertura da navegação a particulares, os movimentos foram intensificados. Feliciano Velho Oldenberg recebeu, em 1740, a autorização de transportar tabaco para o Brasil desde que, em cada viagem, transportasse um casal de novos povoadores para as terras americanas de posse da Coroa lusa. Essa entrada de povoadores açorianos no Brasil também foi demonstrada por Maria Luiza Bertulini Queiroz (1985), pois já no século XVII foram registradas entradas no Maranhão e ainda no Pará³.

Em agosto de 1746, moradores das Ilhas dos Açores encaminharam um pedido ao rei Dom João para que fosse realizado um processo de migração em massa de pessoas para o Brasil. Um ano após a solicitação, a Coroa portuguesa acenava com a possibilidade de início dessa migração para a América lusa, principalmente com a necessidade de povoamento das terras fronteiriças meridionais, alvo de disputa com a Coroa espanhola, dando início à chamada “política de casais” (QUEIROZ, 1985).

Desembarcados inicialmente em Santa Catarina, um número considerado foi realocado para o povoamento do Rio Grande de São Pedro⁴, em virtude da assinatura do Tratado de Madri em 1750. Esses açorianos seriam encaminhados para povoar a região das Missões, que se tornaria posse portuguesa em troca da Colônia de Sacramento com os espanhóis em virtude da assinatura do Tratado de Madri, o qual buscava solucionar o litígio pelas terras meridionais da América (GRAEBIN, 2004). Contudo, a resistência indígena nas Missões⁵ e o conflito decorrente fez com que os casais de sua Majestade fossem estabelecidos em outras regiões do Continente, dentre as quais, os Campos de Viamão, que mais tarde daria origem a diversas freguesias, dentre elas a de Taquari no ano de 1764 (GRAEBIN, 2004).

³ Contudo, como ressalta a autora, tais migrações anteriores ao Edital de 1747 eram caracterizadas pela forte presença masculina – sem desconsiderar a feminina –, “de caráter individual, ‘quase todas de homens solteiros’, açorianos, madeirenses e cabo-verdianos”³ (QUEIROZ, 1985, p. 124).

⁴ Não há um consenso sobre o número total de açorianos que desembarcaram no porto de Rio Grande a partir de 1750 (QUEIROZ, 1985; GRAEBIN, 2004).

⁵ O agenciamento indígena frente aos exércitos ibéricos pode ser visto na pesquisa de Eduardo Neumann (2005).

Este estudo é resultado das pesquisas referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido acerca da presença da migração açoriana na atual região Vale do Taquari, localizada no centro-leste do estado do Rio Grande do Sul. Procura-se discutir, acerca da migração de moradores do conjunto de Ilhas do Arquipélago dos Açores, o acesso à terra e as estruturas produtivas que os mesmos desenvolveram a partir do arranhamento nas novas propriedades, localizadas na freguesia de Taquari, ainda nos primeiros anos de sua chegada até o final do século XVIII.

Concessões de terras a casais das Ilhas em Taquari

Após a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, as Coroas ibéricas decidiram realizar um movimento de reconhecimento dos territórios e aproximação das Missões. Para tal, os espanhóis chegariam à região missioneira pelo rio Uruguai e os portugueses, pelo Jacuí, num movimento que se assemelhava a uma pinça (NEUMANN, 2005). A expedição demarcadora dos Limites, comandada pelo Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, iniciada após 1750, foi a rota, também, de deslocamento dos casais. Nesta tentativa de demarcação dos limites e de chegada às Missões Orientais através do rio Jacuí, muitos casais foram realocados em diversas freguesias.

A presença açoriana na região próxima ao rio Taquari pode ser constatada já em 1758, expressa no Rol de Confessados de Triunfo⁶ do mesmo ano. No documento, do total de 507 pessoas arroladas, muitos são os casais moradores entre os rios Caí e Taquari⁷. É o caso de Caetano José Neto e sua mulher, Teresa de Jesus. Provavelmente, ambos se casaram ainda nas Ilhas dos Açores e migraram na condição de casal para as novas concessões portuguesas em virtudes das promessas de terras do Edital de 1747⁸.

A instalação de casais das Ilhas em Taquari e a posterior demarcação de algumas áreas de terra se deram após a chegada do Coronel José Custódio de Sá e Faria, com determinações

⁶ Taquari tornara-se freguesia no ano de 1764, em virtude da presença de açorianos na região. Antes disso, as almas moradoras da região pertenciam à freguesia de Trinfo, criada em 1756 (OSÓRIO, 2015).

⁷ ROL de Confessados da Freguesia de Triunfo de 1758. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. O Rol de Confessados é uma documentação eclesíastica produzida no período da Páscoa, em que o pároco da freguesia, ao visitar as casas e recolher a confissão dos fiéis, arrolava os moradores do domicílio, tanto livres quanto escravizados, acima dos sete anos.

⁸ O Edital de 1747, publicado no Arquipélago dos Açores, dava conta da promessa de terras para aqueles casais que se propunham a migrar. O Edital garantia a distribuição, para cada casal, de um quarto de légua, ou seja, 272 hectares. Pode-se considerar, frente à grande concorrência de terras produtivas nas ilhas dos Açores e o sistema de herança português, que o tamanho das terras prometidas pela Coroa poderiam ser significáveis, mesmo que comparadas à outra forma de doação, qual sejam as sesmarias (com um tamanho médio de 13 mil hectares), fossem insignificantes.

do então Vice-Rei do Brasil, Conde da Cunha. Essas determinações diziam respeito à demarcação de terras para os casais que estavam nos Campos de Viamão, que deveriam ser realocados para as proximidades do rio Taquari. O Coronel José Custódio, em carta ao Vice-Rei do Brasil no ano de 1768, Conde de Azambuja, relembra a acomodação das:

[...] famílias que das ilhas havia Sua Majestade mandado conduzir a este continente para o povoarem, as quais se achavam dispersas sem lhes haverem cumprido as promessas que Sua Majestade lhes fez, quando os mandou sair das suas terras, e para eu os arrumar em povoações tirasse das fazendas que se tivessem dado de sesmaria as porções de terreno preciso para lhes inteirar as suas datas. Logo que cheguei a este governo procurei dar cumprimento a esta importante ordem, seguindo em tudo as de Sua Majestade que se acham nesta Provedoria a respeito das mesmas famílias, e, com efeito, fundei a primeira povoação junto ao passo do rio Taquari [1764] em situação que achei própria para as unidades e lavouras dos mesmos povoadores, e lhas fiz com toda a regularidade, em ruas, casas e praças [...] (*apud* GRAEBIN, 2004, p. 192).

Esta ação correspondia às tentativas da Coroa de estabelecer um marco divisório no qual a doação de grandes quantidades de terra não seria mais possível. Como constata Helen Osório (1990), as doações de sesmarias registradas na Relação dos Moradores que possuem Campos e Animais no Continente, de 1784, não aconteceram durante a década de 1760. Apenas a fundação da freguesia de Taquari, em 1764, é mencionada neste período, justamente como uma função estratégica de proteção dos domínios portugueses.

De acordo com Maximiliano Menz (2006), sob o patrocínio do governo de Pombal, as doações de terras, tanto para açorianos quanto indígenas, seriam aquelas próprias para a agricultura. Os campos já haviam sido ocupados pelos grandes estancieiros, que não estavam dispostos a ceder suas terras para os novos habitantes. Menz cita o testemunho de Francisco José da Rosa, informante do marquês de Lavradio:

[...] os ilhéus e índios como agricultores [...] que são os em toda a parte fazem dos países abundantes de gêneros [...] se lhes dessem terras encostadas a serra, na qual tem água, barros e matos que são as mais capazes de fazer neles grandes criações de animais cavalares e vacuns para assim fazer existir abundância e riqueza no continente (*apud* MENZ, 2006, p. 39).

Helen Osório (2007), por sua vez, não considera que casais de açorianos participaram de um projeto de colonização para a agricultura. De acordo com a historiadora, se havia uma função para a migração de gentes das Ilhas esta era justamente a de servir como uma proteção para os grandes estancieiros, além de povoamento. Desta forma, a migração açoriana para o Continente do Rio Grande de São Pedro teve como função primordial a proteção das grandes estâncias, justamente para a criação de gado. Ainda de acordo com Osório (1990, p. 99), “em

nenhum momento é referida a necessidade ou utilidade da organização de algum tipo de cultivo específico”.

O cenário de conflito entre portugueses e castelhanos nas terras meridionais acabou por adiar as doações das datas de terras que deveriam acontecer, conforme as promessas do Edital de 1747, a partir da instalação dos açorianos. No livro dos registros de doações das datas de terras⁹, as primeiras realizadas aos casais das Ilhas no Continente foram apenas na década de 1770, momento de litígio entre as coroas portuguesas e castelhanas, em que a vila de Rio Grande permanecia sob o domínio espanhol. De acordo com Helen Osório, a freguesia de Taquari, regularizada em 1764, foi exceção no sentido de estabelecer os casais das ilhas em uma localidade, mas sem a devida regularização de posse da terra. Nesse ínterim, “o objetivo primordial da imigração açoriana ao Rio Grande foi estratégico. Visava-se antes de tudo o estabelecimento de povoados que resguardassem o domínio português” (OSÓRIO, 1990, p. 97).

O recuo de portugueses para os Campos de Viamão até Rio Pardo, na tentativa de escapar aos invasores, foi um dos efeitos da invasão castelhana à Rio Grande em 1763 (OSÓRIO, 1990). Francisco Barreto Pereira Pinto, comandante da localidade de Rio Pardo no período, demonstra a situação vivida pelos ilhéus:

[...] o povo sempre nestas faltas discorre com atrevimento, de tal sorte que estes Ilheos, e mais alguns moradores, todo o seu ponto é passarem o Taquari, sendo-me preciso pôr guardas a embarcá-los, animando-os e esforçando-os quanto posso para que se defendam (*apud* OSÓRIO, 1990, p. 103).

Havia um interesse claro, tanto da Coroa como dos grandes produtores, de não deixar com que os açorianos se espalhassem pelo Continente, bem como adquirissem grandes quantidades de terras para a criação (OSÓRIO, 1990). O caso do casal Antonio Machado Fagundes pode colaborar nesta análise. O cabeça de casal, em requerimento para a transferência dele e de sua família para Rio Pardo¹⁰, considera que se instalando nas novas terras, poderia “melhor grangear sua vida com mais comodidade”, como também para poder sustentar os integrantes de sua família.

Visto a situação de fronteira que Rio Pardo apresentava, como não poderia fazê-lo sem ordem do Governador, o suplicante realizou um requerimento em 1768. O Provedor de Viamão informou ao governador que depois de ter repartido as terras em Rio Pardo “não teria

⁹ Disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), sob o Códice F1229.

¹⁰ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, códice F1243, fl 131 - 131v. Todas as informações do caso de Antonio Machado Fagundes foram retiradas desse documento.

lugar de se mudar de sua situação”, mas, como os terrenos ainda não haviam sido registrados, poderia dar outro terreno ao suplicante.

A resposta do Governador foi um desestímulo ao suplicante para que o mesmo fosse povoar Rio Pardo. O Governador concedia a licença para se retirar de Taquari e se mudar para a localidade de desejo, mas não permitia que o mesmo pudesse entrar numa lista de possíveis suplicantes nas doações das datas de terras que viriam a acontecer na fronteira de Rio Pardo. Em vista disso, considera-se que a possibilidade de se movimentar livremente pelo Continente não era possível, pois o casal que assim o desejasse deveria solicitar autorização para o governador, que, por sua vez, negava a solicitação (ROSA, 2017).

A localidade de Rio Pardo representava a fronteira a oeste do império português¹¹. Tanto Tiago Gil (2002) quanto Adriano Comissoli (2018) compreendem a fronteira meridional da América lusa como polissêmica. De acordo com Gil (2002), seu uso, principalmente após a década de 1770, representava um território de possível invasão do inimigo, o que, no caso português, seriam os castelhanos¹². Segundo Comissoli (2018), tanto para os atores que vivenciaram o século XVIII na Capitania portuguesa do Rio Grande de São Pedro quanto para os historiadores que se debruçam sobre o período, a fronteira representa múltiplos significados. Havia a fronteira imperial, aquela desenhada nos mapas realizados por oficiais das Coroas ibéricas, como havia a fronteira para os habitantes dessas regiões. Essa entendida como uma região de contato mais do que de exclusão (COMISSOLI, 2018).

Portanto, deslocar-se para a região com o intuito de estabelecer lavouras não estaria dentro dos planos do império português, pois a freguesia de Rio Pardo se encontrava com uma defesa debilitada (OSÓRIO, 1990). Desta forma, “enquanto aos antigos povoadores concederam-se várias sesmarias [na região de Rio Pardo], ao ilhéu negou-se uma data” (OSÓRIO, 1990, p. 113).

As doações das datas de terras aos açorianos, de acordo com Helen Osório (1990), têm sua datação a partir da década de 1770. A situação da Freguesia de São José de Taquari foi um caso à parte no que tange tais doações aos casais arranchados na Capitania de Rio Grande de São Pedro, apesar de elas terem sido poucas antes de 1770 (OSÓRIO, 1990). A partir da década de 1770 é que essas doações passaram a ser apontadas no livro de registros da Provedoria. Todos aqueles identificados como casais receberam, na freguesia de São José de

¹¹ Data do ano de 1768 a primeira menção do termo fronteira de Rio Pardo (F1243, 153,153v. AHRS)

¹²Em sua dissertação de mestrado, Gil (2002) debruça-se sobre o contrabando na fronteira tanto de Rio Pardo quanto a de Rio Grande. Enquanto que a primeira era entendida como a fronteira Oeste, a segunda era a fronteira Sul das possessões portuguesas meridionais.

Taquari, um terreno com quinhentos e sessenta e duas mil e quinhentas braças quadradas, o que, em média, corresponde a 272 hectares.

A disparidade entre os registros de terras na Capitania do Rio Grande de São Pedro reforça o argumento acerca do objetivo do império português com a migração açoriana, no que tange, principalmente, o resguardo das grandes propriedades, aquelas destinadas à criação de gado. Tais propriedades estariam, então, cercadas por pequenas terras de açorianos, que, em sua grande maioria, formaria o núcleo urbano das freguesias (OSÓRIO, 1990). O tamanho reduzido das datas de terras frente às sesmarias não permitiria a criação de gado, principal produto dos grandes estancieiros (ROSA, 2017).

Nesse cenário, é possível visualizar um espaço de ocupação humana intenso, permeado por disputas, estratégias, alianças e litígios, no qual a apropriação da terra não se dava de forma pacífica e livre de conflitos. Essa conjuntura põe em cheque a ideia recorrente de uma paisagem agrária aberta a novas ocupações, defendida em alguns espaços da historiografia gaúcha (OSÓRIO, 1990).

Nos registros de doações das datas de terras¹³, consta que o cabeça de casal, sempre homem, salvo as exceções em que a mulher era viúva, era suplicante das Ilhas e transportado a partir do Edital de 1747. Além disso, constata-se que doações foram realizadas tanto para os casais das Ilhas como também para filhos de casais, bem como para homens casados com filhas de açorianos transportados a partir do referido Edital.

Nas doações, realizadas a partir de janeiro de 1771, constam cinquenta e cinco suplicantes recebedores das datas de terras na freguesia de São José de Taquari. Estes casais provavelmente já se encontravam arranchados na freguesia, aguardando pela demarcação das terras, possivelmente, desde finais de 1750 (ROSA, 2017).

Tabela 1 – Condição dos casais recebedores das datas de terras em Taquari

Condição	Quantia	Percentual sobre o total de datas concedidas
Casal	26	47,3%
Filho de casal	19	34,5%
Sem referência*	5	9,1%
Agregado casado com filha de	4	7,2%

¹³ Cabe salientar que as datas de terras não eram formas de doação apenas para os casais dos Açores. Osório (1990) salienta que algumas doações foram realizadas antes do Edital de 1747 e da chegada de casais no Continente, ainda na década de 1730, mesmo que incipientes.

casal		
Viúva de casal	1	1,9%
Total	55	100%

* Os casos sem referência são aqueles que não contêm nenhuma informação acerca da origem dos suplicantes. Referência: Livro de Registros da Provedoria. AHRS, Códice F1229.

Do total de cinquenta e cinco suplicantes, apenas uma mulher recebeu data de terra. Ana de São Pedro, viúva de casal, obteve a doação de data de terra em fevereiro de 1771. Em torno de 40% dos suplicantes se encontram como casais das Ilhas, os quais o homem era o cabeça de casal. Neste período de doações, o nome do suplicante Antonio Machado Rodrigues, cabeça de casal já referido, que havia solicitado a mudança da freguesia de Taquari para Rio Pardo, não se encontra agraciado¹⁴.

Em torno de 34% dos suplicantes pertenciam à categoria “filho de casal”. Neste sentido, acredita-se haver duas possibilidades para as doações de terras para estes homens filhos de casais dos Açores. A primeira é a probabilidade de falecimento dos pais e o filho mais velho receber, como uma compensação por parte da Coroa portuguesa, a data de terra que seria para os pais, o casal de migrantes. A segunda possibilidade é de a Coroa ter concedido as datas de terras também a estes homens, já casados, visualizando a possibilidade de estabelecimento no povoamento da Freguesia de Taquari. Desta categoria, “filho de casal” suplicantes recebedores das datas de terras, apenas um era casado com filha de agregado de casal, enquanto que os demais se encontravam casados com filhas de casais.

Outra constatação relevante no Livro de Registros da Provedoria é acerca daqueles considerados cabeças de casal, pois não há referências sobre a origem dos mesmos. As menções são condizentes às mulheres, as quais são relacionadas como “casado com filha de casal”, “casado com agregada de casal” ou ainda “casado com viúva de casal”.

Estes dados, acerca das doações das datas de terras, permitem algumas considerações. A primeira diz respeito ao número de casais recebedores das datas de terras. De acordo com Helen Osório (1990), a ideia da Coroa era de que os povoados não ultrapassem sessenta casais de açorianos, o que é visível em Taquari. Contudo, não é possível afirmar que este era o contingente inicial, pois alguns autores, como João Borges Fortes (1978) e Henrique Oscar Wiederspahn (1979) apontam para um número inferior a vinte casais no momento de criação da freguesia, em 1764.

¹⁴ Apesar disso, o mesmo aparece na Relação de Moradores, documento elaborado no ano de 1784. A hipótese que pode ser levantada é a possibilidade do deslocamento do casal para outra localidade. Para tal, seria necessário o uso de outras fontes, tais como os registros paroquiais, os quais não se encontram no limite de fontes deste trabalho.

Outro ponto a ser considerado é o número de filhos dos casais recebedores das datas de terras casados com filhas de casais. Estes dados podem apontar para um crescimento endógeno do grupo, sem deixar de considerar outros casamentos de filhos e filhas desses açorianos. Martha Hameister (2006) e Fabio Kühn (2006) demonstram como as filhas de gentes das ilhas compunham um aparato feminino de valor no mercado matrimonial, principalmente, porque se apresentavam como mulheres brancas, numa sociedade de fronteira marcada, em grande parte, pela presença de mulheres negras escravizadas e indígenas¹⁵.

Desta forma, considera-se que a presença e a disposição açoriana em terras meridionais da América se deram a partir da necessidade de povoamento para um território fronteiriço, compreendido como uma região de contato, não de afastamento. A freguesia de Taquari, criada a partir da instalação de casais das Ilhas próximo ao rio de mesmo nome, foi uma presença marcante, principalmente após a instalação, na década de 1760, até o fim do período colonial brasileiro.

Açorianos em Taquari através da Relação dos Moradores de 1784

Uma das fontes mais relevantes para compreender a estrutura fundiária da Capitania de Rio Grande de São Pedro nas décadas finais do século XVIII é a “Relação dos Moradores que têm campos em animais no Continente”¹⁶. A Relação foi produzida durante os anos de 1784 e 1786 em todas as freguesias do então Rio Grande de São Pedro, haja vista que a preocupação central de Luís de Vasconcelos e Souza, o então Vice-Rei do Brasil, era saber a respeito da situação da apropriação da terra no Continente.

O Provedor da Fazenda do Rio Grande, Diogo Osório Vieira, elaborou a Relação a partir dos dados enviados de cada distrito e das freguesias, como dos títulos que comprovavam a posse da terra (OSÓRIO, 2007). Destarte, o documento pode ser considerado uma importante fonte para a compreensão do acesso à terra em todas as freguesias do Continente e também a respeito daqueles casais das Ilhas que se instalaram na freguesia de São José de Taquari, alvo de análise neste estudo. A preocupação do Vice-Rei também se dava no sentido de estabelecer como o Continente de São Pedro agregava-se ao comércio da América Portuguesa.

¹⁵ Martha Hameister (2006), em um estudo sobre a formação da freguesia de Rio Grande, demonstrou como a chegada de mulheres açorianas movimentou e alterou as configurações do mercado matrimonial da região.

¹⁶ Os “originais” estão dispostos no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Para a pesquisa, foram consultados os borradores, que se encontram no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, sob os códices F1198 A e B. Opta-se por utilizar apenas o termo Relação.

O documento estabelece categorias de ocupação sobre aqueles que possuíam títulos de terras. As quatro categorias mais citadas na lista são de “lavrador”, “criador”, “criador e lavrador” e “mais lavoura que criação”. Além disso, o acesso à terra é informado, bem como a quantidade de animais em posse daquele detentor do título de terra. Helen Osório (2007), ao analisar os dados da Relação, chegou ao consenso de que mais de três quartos dela era composta pelas categorias relacionadas à lavoura. Desta forma, a autora argumenta que “a primeira constatação que a ‘Relação’ possibilita é a de que, no Rio Grande, região comumente considerada como o ‘reino da pecuária’, o número de possuidores de terras dedicadas à agricultura predominava amplamente sobre o de criadores de gado” (OSÓRIO, 2007, p. 82).

Nesse sentido, a paisagem agrária do Rio Grande do Sul no período colonial brasileiro assemelhava-se muito àquela que foi estudada por historiadores da região platina, “na qual pequenos e médios proprietários constituíam-se no maior contingente ocupacional da campanha de Buenos Aires” (OSÓRIO, 2007, p. 83). Os estudos de Juan Carlos Garavaglia e Jorge Gelman (1995, p. 30) demonstraram o caráter misto das propriedades na região platina¹⁷, desmistificando a ideia de “muita terra e pouca gente”, pressuposto da noção de que a região era unicamente formada por grandes extensões de terras dedicadas unicamente à pecuária¹⁸.

Na Relação, quase metade dos “lavradores” e daqueles declarados como “mais lavoura” foi identificada como açorianos ou casais de número (OSÓRIO, 2007). Desta maneira, a mesma pode ser considerada um documento relevante para a compreensão de como os ilhéus se estabeleceram no Continente. De acordo com Osório (2007, p. 83),

Estes eram casais açorianos originalmente enviados para povoar Rio Grande em 1752, ou oriundos da Colônia de Sacramento (entregue definitivamente aos espanhóis em 1777), ou de Maldonado (em território da Banda Oriental, para onde haviam sido levados pelos espanhóis com a conquista de Rio Grande, em 1763, e “devolvidos” na base do Tratado de 1777). Provavelmente, sua participação entre os lavradores ultrapassasse o percentual encontrado [...].

Considerada como um “espelho” das décadas de 1780 e 1790 das condições de acesso à terra, ocupação e criação de animais no Continente de Rio Grande de São Pedro, a Relação foi realizada entre os anos de 1784 e 1786, sendo que a da freguesia de Taquari foi realizada

¹⁷ “Esdecir, las planícies que van desde Rio Grande do Sul, en el Brasil, hasta lo que hoy es el sur de la provincia argentina de Córdoba, incluyendo casi toda la de Buenos Aires gran parte del actual Litoral argentino y el Uruguay” (GARAVAGLIA; GELMAN, 1995, p. 30 – nota de rodapé).

¹⁸ “La historiografía dominante de este vasto espacio nos mostraba una imagen monótona y a su vez curiosa: la cría extensiva de ganado vacuno, controlada por grandes estancieros cuya preocupación central era someter a unos escasos varones deambulantes, los gauchos [...]. No había agricultura, ni familia, ni pequeños productores, como en otros lugares de América [...] Esta visión de la historia regional ha empezado a cambiar bastante radicalmente en los últimos 10-15 años” (GARAVAGLIA; GELMAN, 1995, p. 30).

em 1784. A predominância das datas de terras, em sua maioria com 272 hectares de tamanho, foi um reflexo das doações realizadas na década de 1770. Para melhor compreensão da situação agrária que os ilhéus se encontravam três décadas depois do desembarque em Rio Grande a partir de 1752, foram selecionados aqueles que se encontravam como os donos de “datas de terra”¹⁹.

Ao cruzar os dados obtidos no Livro de Registro das doações das datas de terras em 1770 com os nomes dispostos na Relação dos Moradores de 1784, uma década e meia depois, constata-se que dos cinquenta e cinco açorianos agraciados, quarenta e quatro permaneciam moradores da freguesia de São José de Taquari. Sejam eles com a mesma posse ou então tendo adquirido outras, como sítios ou chácaras por meio de compras ou heranças. Ainda, ao cruzar as informações obtidas em ambas as fontes, em torno de 40% da posse de terra no último quarteto do século XVIII na freguesia de Taquari pertenciam aos açorianos.

Havia também proprietários das datas de terras por herança e venda. Os proprietários de herança ou a recebiam pela parte paterna ou ainda por falecimento do sogro. Não é possível constatar aqueles que têm o título de compra de data de terras como açorianos, pois não consta no registro da Relação a origem de cada proprietário e os mesmos não estavam na lista de recebedores no Livro de Registro da provedoria²⁰.

Nota-se a situação de moradores na condição de acesso à terra “a favor”. As categorias às quais essas famílias se encontravam adicionadas eram relacionadas com aqueles identificados como “mais lavoura” e “lavoura”. Em torno de 32% dos nomes contidos na relação viviam a favor na freguesia de Taquari. Através dos nomes dos proprietários de terras, os quais se encontravam arranchados, e em cruzamento realizado entre a Relação de Moradores e o Livro de Registros da Provedoria, pode-se concluir que, em torno de 90% dos moradores da categoria de acesso à terra “a favor” eram açorianos ou moravam em propriedades de açorianos.

De acordo com Helen Osório (2007), a condição “a favor” implicava em gratuidade do acesso à terra. Carlos de Almeida Prado Bacellar (2001), ao estudar a condição dos agregados na vila de Sorocaba, interior da capitania de São Paulo em finais do século XVIII, a partir de listas nominativas, constatou que em torno de um terço dos moradores da região se

¹⁹ De acordo com Osório (2007), havia três formas de obtenção de terras pelos produtores: sesmarias, datas de terras e arrematação. Esta última era realizada em praça pública a partir das terras que a Coroa confiscasse. As sesmarias eram doações realizadas pelo governador do Rio de Janeiro ou então pelo Vice-Rei do Brasil, enquanto que as datas de terras eram concedidas pelo governador do Rio Grande os pequenos proprietários, em sua grande maioria os casais açorianos.

²⁰ Enquanto que as doações das datas de terras realizadas na década de 1770 possuíam informações sobre a origem dos suplicantes, na Relação de Moradores não consta a origem dos proprietários de terra.

encontravam agregados a terceiros. De acordo com o historiador, inúmeras poderiam ser as causas do agregamento, sendo que as mais comuns estavam relacionadas com o déficit de alimentos, a saída dos homens para conflitos militares e a presença de filhos recém-casados nos fogos dos pais, geralmente os da noiva.

Ainda conforme com Bacellar (2001), o difícil acesso à terra nas colônias portuguesas na América, em que havia concentração da mesma nas mãos de poucos, colaborou com a necessidade de se viver agregado. Dessa forma, a agregação funcionaria como uma “válvula de escape no interior da sociedade colonial, pois atuava como mecanismo de amparo para indivíduos ou famílias necessitadas e incapazes de se manterem independentes” (BACELLAR, 2001, p. 189).

Nesse sentido, é possível recordar a situação vivida pelo casal Antonio Machado Fagundes, o qual solicitava sua transferência para a freguesia de Taquari ainda no ano de 1768. O caso deste açoriano foi resolvido pelo governador a partir da permissão para o deslocamento de Taquari a Rio Pardo, mas com a proibição de poder solicitar uma nova data de terra na freguesia. Antonio Machado Fagundes, na Relação de moradores de 1784, aparece como “a favor” e dedicando-se à lavoura nas terras de Matheus Teixeira, também lavrador, outro açoriano dono de uma carta de data de terras. Neste sentido, é possível considerar que, além do medo e das imprecisões da migração interna que estes casais poderiam sofrer, havia também um repúdio por parte da Coroa no tangente ao deslocamento de freguesias pelos açorianos.

A respeito da ocupação laboral dos moradores de Taquari, a primeira constatação feita é que a freguesia tinha como base econômica a lavoura. Cabe salientar, de acordo com Helen Osório (2007), que os criadores de gado possuíam lavoura como também os lavradores possuíam gado não apenas para o serviço na propriedade. O “caráter *misto*” destas unidades produtivas é uma conclusão da autora para as propriedades do Continente do Rio Grande de São Pedro (OSÓRIO, 2007, p. 84) e pode-se considerar este mesmo caráter na Freguesia de São José do Taquari²¹.

Na categoria “lavoura e criação” constam apenas dois proprietários. Francisco dos Santos, açoriano, dono de um título de concessão de data de terras. Dedicado à “lavoura e criação”, apresentou 400 animais de gado vacum, além de 4 bois, 5 cavalos e 100 éguas. Jachinto Mathias da Silva, também açoriano, declarou ter 100 animais de gado vacum, além

²¹ Entretanto, a freguesia apresentava, em 1784, todos os proprietários ligados à lavoura, com três categorias: “lavoura”, “mais lavoura” e “lavoura e criação”.

de 8 bois, 6 cavalos, 30 éguas e 7 potros, que criava em suas terras dispostas além da data de terra concedida em 1772, uma chácara que havia comprado.

Estes dois açorianos eram os maiores criadores de gado da freguesia. Apesar disso, comparados aos grandes criadores da freguesia de Santo Amaro, próxima a Taquari, a criação de animais tanto de Jachinto Mathias da Silva quanto de Francisco dos Santos era ínfima. A título de exemplo, pode-se citar o caso do capitão Agostinho Gomes Jardim, morador de Santo Amaro, que possuía um plantel de 2500 animais de gado vacum, além de 10 bois, 60 cavalos, 1500 éguas, 100 potros, 48 mulas, 30 burros e 50 burras. Além de uma quantidade muito superior aos dois maiores criadores da freguesia de Taquari, o capitão da Freguesia de Santo Amaro ainda possuía mais espécies de animais²².

A presença de animais como bois e cavalos em praticamente todas as propriedades da freguesia demonstra uma relação não apenas de criação de animais, como também de lavoura. Este dado é um indicativo da prática de agricultura, uma vez que o boi era utilizado como animal de tração fosse para o arado, fosse para os carros e carretas que escoavam o excedente agrícola da propriedade (OSÓRIO, 2007).

Os “mais lavoura” representavam em torno de 6,5% dos proprietários de terras em Taquari. A média de animais destes homens era de 43 de gado vacum. O maior criador desta categoria, Miguel Teixeira de Quadros também era açoriano, com dois títulos de posse de terra, sendo uma carta de data de terras e mais uma compra de um terreno. Miguel Teixeira de Quadros era dono de 150 cabeças de gado vacum, além de 8 bois, 5 cavalos e 50 éguas. Por outro lado, o menor criador de gado na categoria dos “mais lavoura” era Antonio Machado de Souza, dono de uma certidão de data de terras. Antonio se apresentava como dono de 16 cabeças de gado vacum, 4 bois, 2 cavalos e 2 éguas.

Estes proprietários, com mais de 100 reses e dedicados mais à lavoura do que à criação demonstram, de acordo com Osório (2007, p. 85 – grifo da autora), que “rebanhos de tal monta não eram suficientes para o sustento de uma família, o qual provinha *principalmente* da agricultura”. Nesta categoria, pode-se identificar que em torno de 40% dos homens possuíam, como título de propriedade, datas de terra. Os demais se apresentavam como donos de chácara e também moradores a favor.

A terceira categoria imbricada pela Relação dos moradores de 1784 diz respeito àqueles que pertenciam à categoria “lavoura”. Dos 113 proprietários de terra ou agregados de

²² Cabe salientar que o contexto de fundação da Freguesia de Santo Amaro é diferente do contexto de formação da Freguesia de Taquari. Enquanto que Taquari foi fundada a partir da chegada dos casais de açorianos, Santo Amaro serviu, inicialmente, como um armazém real, um entreposto de abastecimento das tropas do império português que navegavam, pelo rio Jacuí, para o Forte de Rio Pardo (OSÓRIO, 2015).

Taquari, 101 encontravam-se empregados nas lavouras. Na Relação do Continente, os lavradores formavam em torno de 52,2% dos possuidores de terras (OSÓRIO, 2007). Ou seja, enquanto que em todo o Continente, pouco mais da metade dos proprietários dedicavam-se à lavoura, em Taquari a soma era de em torno de 90%.

Destes lavradores, muitos proprietários possuem uma quantidade até maior de cabeça de gado vacum do que entre os “mais lavoura”. Matheus Teixeira, que possui de agregado em suas terras Antonio Machado Fagundes, era dono de uma certidão de data de terras e possuía, em seu plantel, 180 animais de gado de corte além de 4 bois, 4 cavalos, 100 éguas e 70 potros. A média de animais destes lavradores era de, em torno, 50 animais no total, incluindo o gado de corte além de bois e cavalos.

De acordo com Ana Silvia Scott e Gabriel Berutte (2014), muitos dos açorianos que se instalaram no Continente de Rio Grande de São Pedro se dedicaram à agricultura e à lavoura²³. Além da agricultura de subsistência, na qual se destacam o cultivo do feijão, couve, mandioca, milho e frutas, em algumas propriedades havia moenda ou moinho, esse último utilizado para produzir a farinha de trigo²⁴.

O trigo se destacava nas lavouras da região. A partir da instalação destes migrantes nas novas terras, conforme Silvio Correa e Juliana Bublitz (2006), os açorianos foram responsáveis pela primeira lavoura especializada no Continente, a triticultura. O cereal, que já era produzido nas Ilhas dos Açores e exportado em pequena quantidade, inclusive, para o Brasil desde meados do século XVII (RODRIGUES, 2016), representava a principal fonte de alimento e subsistência econômica dos açorianos em Taquari (ROSA, 2017).

De acordo com Cleusa Maria Graebin (2004), além do sentido econômico, o trigo representava a união da família, formando um elo entre a vida produtiva e a cotidiana. Assim, “não ter cereais possuía um significado além do econômico e do simbólico; significava não ter garantias de ter o mínimo para o consumo próprio, nem para o mercado” (GRAEBIN, 2004, p. 88). Conforme Cristiano Luís Christillino (2004), a grande produção agrícola de Taquari, desde a fundação da freguesia até o período de emancipação de Triunfo, ocorrida em 1849, foi o trigo. Esse teve queda de produção a partir da segunda metade do século XIX, sendo atacado por uma praga conhecida como ferrugem.

²³ Há de se relativizar, assim como fazem os autores, a ideia de que todos aqueles que se deslocaram na condição de casal, se dispuseram como pequenos proprietários no Continente de Rio Grande de São Pedro. Contudo, pela análise das fontes realizadas até então, pode-se considerar que na Freguesia de São José de Taquari, uma “povoação de açorianos” (SCOTT; BERUTTE, 2014), a grande maioria, senão o total deles, era formada por pequenas propriedades.

²⁴ Maria Bertullini Queiroz (1985) demonstrou que após o estabelecimento de açorianos em Rio Grande, muitos deles passaram a produzir hortaliças para o mercado local, comercializando-os no centro da freguesia.

A representatividade das lavouras na economia do Continente se deu, principalmente, a partir dos anos finais do século XVIII, momento marcado por uma estabilidade nas disputas pelas terras fronteiriças entre os impérios ibéricos (OSÓRIO, 2007). Helen Osório (2007) demonstrou que, através do trigo, as lavouras ocuparam o terceiro lugar nas exportações de produtos saídos dos portos de Rio Grande e Porto Alegre, sendo que produtos ligados à pecuária ocupavam a primeira e segunda posições. Ao analisar o *Mapa de colheita de 1780 do Continente do Rio Grande*, Osório (2007) situou as freguesias de Estreito, Mostardas, Porto Alegre, Rio Pardo e Taquari e Santo Amaro, localidades com grande porcentagem de açorianos, como responsáveis por 90% da produção de trigo no Continente.

Caetano Jose Neto, açoriano e falecido no ano de 1795 era morador da freguesia de Taquari. Caetano já era morador das terras próximas ao rio Taquari na confecção do Rol de Confessados de Trinfo, ainda em 1758, e recebedor de uma data de terras em 1771, e aparecia na Relação de moradores de 1784 ainda como dono da data de terras. Possuía, na década de 1780, 30 animais de gado vacum além de 4 bois, 3 cavalos e 20 éguas. Além disso, a Relação demonstra que vivia de suas lavouras.

Sua viúva, Tereza de Jesus, juntamente com os três filhos do casal, resolveu realizar o inventário de Jose Caetano, pelo fato de que um dos seus genros estava causando sérios problemas de convívio entre a vizinhança²⁵. Caetano falecera deixando foices de cortar trigo, como também outros instrumentos utilizados no manejo do cereal, além de duas searas de trigo e cinco alqueires de semente de trigo.

Além dos instrumentos, seara e alqueires de semente de trigo, os bens mais preciosos da família, além da data de terras, eram três escravos. Os dois homens e a mulher escravizados valiam, cada um, a seguinte quantia:

Declarou a inventariante Tereza de Jesus ter ficado pelo falecimento de seu marido Joze Caetano Netto um escravo por Nome Fortuozo Nação Angola que sendo bem visto [...] pelos avaliadores se acharão a soma a quantia de sesenta e quatro mil reis. [...] Declarou a dita inventariante ter ficado por falecimento de seu marido sua escrava por nome Izabel cazada com o dito Fortuozo de nação Angola [...] pelos dotes se acharão a quantia de sinquenta e um mil e duzentos mil reis. [...] Declarou a inventariante ter ficado para seu casal por falecimento seu marido hum preto de nação Angola que sendo bem [...] Vinte e tres mil e duzentos reis (Inventário *post mortem* de Caetano José Neto, 1795).

Neste sentido, é relevante frisar que possuir negros escravizados para o trabalho na lavoura era uma prática recorrente no continente de Rio Grande de São Pedro (OSÓRIO,

²⁵ Cabe salientar que como o processo de inventário era custeado pela família, apenas as famílias de mais posses faziam tal procedimento. Contudo, em alguns casos, como o da família do finado Caetano, o inventário também fora realizado.

2007). De acordo com Helen Osório (2007), o número médio de escravos possuído pelo grupo de lavradores no continente era de 3,3 por plantel. Quantidade que se assemelha ao de Caetano José Neto, açoriano. Nesse sentido, vale destacar que muitos dos casais de açorianos, quando podiam, adquiriam escravos para o trabalho na lavoura. Isto é, a presença do negro escravizado na lavoura de pequeno porte se fez tanto no Continente bem como na freguesia de Taquari. Ainda de acordo com Osório, estes escravos eram utilizados para o trabalho na lavoura como uma complementação da mão de obra familiar.

Dessa forma, pode-se constatar que a grande maioria dos moradores de Taquari, já nas décadas finais de 1700, era de origem açoriana, principalmente aqueles migrados a partir do Edital de 1747. Grande parte desses açorianos, assim como os demais moradores da freguesia, dedicava-se à lavoura em grande parte, mas também se empenhavam à criação de animais, em menor grau.

Considerações finais

A presença açoriana no Rio Grande do Sul colonial foi densamente discutida pela historiografia. Nas linhas acima, procurou-se identificar parte deste contingente no Continente de migrantes do Rio Grande de São Pedro a partir da freguesia de Taquari, criada no ano de 1764 justamente pela presença de casais na região. Além da discussão bibliográfica, a primeira constatação feita a partir da análise das fontes primárias foi de que os açorianos se estabeleceram na região entre os rios Taquari e Caí ainda na década de 1750, provavelmente após a indefinição do Tratado de Madri.

O cruzamento de fontes desde os finais dos anos 1750 até a década de 1780 permitiu reconstituir parte da presença e atividades dos açorianos estabelecidos em Taquari. Destaca-se que tal procedimento se faz relevante para a compreensão de aspectos referentes à migração, contemplados neste trabalho a partir das perspectivas de acesso à terra e atividades econômicas desenvolvidas pelos recém-chegados. Nesse sentido, a demora ao acessar uma das garantias do Edital de 1747, qual seja a posse de 272 hectares de terra, pode ser um reflexo, não apenas da situação de litígio entre as Coroas ibéricas nas terras meridionais americanas, mas também do histórico de pertencimento de muitas fatias de terras concentradas nas mãos de poucos.

Neste sentido, foi possível demonstrar a forte presença de açorianos em Taquari transcorridos mais de três décadas desde a sua chegada. Além disso, procurou-se demonstrar a contribuição dos açorianos na economia colonial a partir do cultivo do trigo, atividade que já

era realizada no arquipélago dos Açores e que se transformou no terceiro produto de exportação dos portos gaúchos em finais do XVIII e a principal fonte econômica dos lavradores.

Fontes primárias:

INVENTÁRIO de 1795. Inventário *post mortem* de Caetano José Neto. Autos 34, Maço 1. 2ª Vara Cível e Crime. Comarca de Santa Catarina, 1795. *Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*.

LIVRO de Registros de Concessão de Datas de Terras. 1770-1773. Fundo F1229. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*.

REGISTRO de uma petição que fez o senhor Manuel Munhoz ao Governador. Códice F1243 Fl 151-151v. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*.

RELAÇÃO dos Moradores da Freguesia de Santo Amaro e da Freguesia de Taquari como possuem os terrenos que possuem e dos seus empregos em 25 de setembro de 1784. Códice F1198 A . Borradores. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*.

REQUERIMENTO de 1778. Registro de um requerimento de Antônio Machado Fagundes. Códice F1243 Fl 131-131v. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*.

ROL DE CONFESSADOS da freguesia de Triunfo, 1758. *Arquivo Da Cúria Metropolitana de Porto Alegre*.

Bibliografia:

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Agregados em casa, agregados na roça: uma discussão. In.: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c. – 1831c.)*. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

COMISSOLI, Adriano. Bomebeiros, espias e vaquanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, secs. XVIII-XIX). *Revista das Índias*. Vol. LXXVII, n. 272. P. 113-146. 2018.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. 2004. 374f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio

Sinos. Centro de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História. São Leopoldo, 2004.

CORREA, Silvio Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade Santa Cruz do Sul, 2006.

FORTES, João Borges. *Os casais açorianos: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul*. 2ªEd. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

GARAVAGLIA, Juan Carlos; GELMAN, Jorge. Mucha tierra y poca gente: um nuevo balance historiográfico de la historia rural platense (1750-1850). *História Agraria: Revista semestral del Seminario de Historia Agraria*, Universidade de Múrcia, n. 15, p. 1995.

GIL, Tiago. *Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. *Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência: os Açorianos no Rio Grande de São Pedro*. Tese (Doutorado em História) – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio Sinos, 2004.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763)*. Tese (Doutorado em História Social) – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

KUHN, Fabio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa-século XVIII*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

MENZ, Maximiliano. *Entre dois impérios: formação do Rio Grande na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1822)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2006.

NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas letradas Guarani: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Dissertação (mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

OSÓRIO, Helen. A organização territorial em um espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário. Notas de Pesquisa. *Claves*. n.1. Montevideu. p. 67-90, 2015.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737 – 1822)*. Dissertação (Mestrado em História) – Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1985.

RODRIGUES, José Damião. O Comércio dos portos açorianos com o Brasil e a legislação régia (séculos XVII – XVIII). In.: POLANIA, Amelia; MEDINA, Ana Maria Rivera. *La gobernanza de los puertos atlanticos, siglos XIV-XX*. Madrid: Casa de Velázquez, 2016.

ROSA, Cibele Caroline da. *Dos Açores ao Vale do Taquari: aspectos da migração açoriana a partir das relações territoriais e ambientais na longa duração*. Monografia (Graduação em História). Lajeado: Universidade do Vale do Taquari, 2017.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos. “Gestes das Ilhas”: repensando a migração do Arquipélago dos Açores para a capitania do Rio Grande de São Pedro no século XVIII. In.: Scott; Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos; MATOS, Paulo Teodoro de (org.). *Gentes das Ilhas: Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790*. São Leopoldo: Oikos, p. 60-81, 2014.

WIEDERPHAN, Oscar Henrique. *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Instituto Cultural português, 1979.